

## A corda estourou na Celesc

*BERTI, Gerson. "A corda estourou na Celesc". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019.*

De quem é a responsabilidade pelo aumento na conta de energia? Na opinião pública, a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) foi eleita a vilã do mês. É preciso atribuir a responsabilidade a quem tem o dever de planejar, executar e fiscalizar o modelo do setor elétrico escolhido para o Brasil pelos nossos legisladores. Não se pode atingir o mensageiro que traz a notícia ruim sob o pretexto de acabar com o problema. O fato ruim irá persistir. É preciso saber identificar a causa antes de atacar as consequências.

O dia 22 de agosto de cada ano é destinado à revisão das tarifas praticadas pela Celesc. No site da Aneel há explicações claras sobre sua composição. A tarifa considera três custos distintos, incluindo geração de energia e seu transporte, ou seja, transmissão, distribuição e encargos. Além da tarifa, os governos federal, estadual e municipal cobram na conta de luz o PIS/COFINS, o ICMS e a Contribuição para Iluminação Pública, respectivamente.

Desde 2004, o valor da energia adquirida das geradoras pelas distribuidoras passou a ser determinado também em decorrência de leilões públicos. Os encargos setoriais e os tributos são instituídos por leis. Alguns incidem somente sobre o custo da distribuição, enquanto outros estão embutidos nos custos de geração e de transmissão. Quando a conta chega ao consumidor, ele paga pela compra da energia ou custos do gerador, pela transmissão e pelos serviços prestados pela distribuidora no caso, a Celesc.

Os custos de energia representam a maior parcela (53,5%), seguido dos custos com tributos (29,5%), ou seja, a parte referente aos custos com distribuição correspondem a apenas 17% dos custos das tarifas.

Isso quer dizer que a Celesc funciona como uma tesouraria que cobra do consumidor os impostos, encargos, geração e transmissão da energia e os repassa integralmente, correndo o risco da inadimplência total e de pagar por todos os tributos incidentes na etapa final da venda. Reclamar da Celesc não resolve, pois não é ela quem determina o preço da energia. O caminho é mudar o modelo vigente que fornece pouca transparência ao consumidor.

***Gerson Berti é presidente da Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina (APESC)***